

Editorial

O presente dossiê intitulado *“Agora é nós por nós”¹: as políticas de ação afirmativa e a (re) organização política afro-indígena nas universidades* vem com intuito de colaborar para expansão de estudos e pesquisas acerca dos tensionamentos provocados pelos Coletivos Negros e Indígenas (CNI) nas universidades públicas brasileiras (e para além delas).

O processo de criação e atuação dos grupos e organizações liderados por estudantes negros e indígenas ainda tem sido pouco explorado no campo das ciências humanas, desde o nosso ponto de vista, principalmente se pensarmos sobre a ampliação quantitativa (e por que não, qualitativa) desses coletivos e como essa dinâmica se relaciona a intensificação do processo de desmascaramento do racismo institucional nas universidades (e para além delas).

Importante mencionar que em relação à distribuição geográfica, buscamos com este dossiê também possibilitar que vozes do Norte e Nordeste do Brasil também pudessem visibilizar seus testemunhos e produções no âmbito deste campo de pesquisa e de frente política. Nesse sentido, nos interessa refletir sobre como essas várias camadas (diversidade regional, orientação epistêmica, política) destes grupos têm alterado ou pelo menos problematizado as dinâmicas (brancas) institucionais da academia, passando pelas políticas de acesso e permanência dos estudantes às políticas curriculares e a relação entre universidade e movimentos sociais, principalmente com o Movimento Negro.

A partir do entendimento de que a organização política negra e indígena no Brasil, a partir dos anos 2000, ganhou novas formas e frentes de atuação, o presente dossiê também acolheu textos que se debruçaram sobre o processo de implementação das políticas de ação afirmativa (reserva de vagas) no ensino superior público brasileiro, tendo em vista que tais políticas impulsionaram mudanças fundamentais no que concerne à reconfiguração das dinâmicas de luta no interior das Instituições de Ensino Superior (IES), incluindo o aumento² expressivo dos coletivos negros e indígenas.

Nesta direção, ressaltamos que a Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023 que garante a continuidade e a ampliação da Lei de Cotas foi sancionado no corrente ano (2023) pelo presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva. O Projeto foi aprovado pelo Congresso Nacional e manteve o sistema de cotas, criado em 2012. Metade das vagas das universidades e instituições federais deverão ser reservadas para alunos de escolas públicas de baixa renda, pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência e agora também, os quilombolas.

Os CNI têm proporcionado o fomento de espaços de acolhimento estudantil e de criação de ações e atividades institucionais visando a luta contra o racismo e proposto narrativas e práticas que confrontam a violência do conhecimento eurocêntrico reproduzido nas universidades brasileiras, apontando a importância da adoção das epistemologias afrodiáspóricas, africanas e indígenas nos currículos, assim como tem tido papel crucial no monitoramento das políticas de ingresso e permanência de estudantes negros/as e indígenas no ensino superior do país.

Apesar dessa dinâmica inegável, ainda são escassos os estudos que se debruçam sobre o papel desses agentes sociais na luta antirracista e as implicações dessas atuações nas relações de poder nas universidades, tornando-se tarefa urgente compreender e interpretar a atuação dos CNI e os desafios que envolvem esses sujeitos políticos.

Nesta direção, o presente dossiê conta com 11 trabalhos (10 artigos e 1 relato de experiência) que oferecem ao público leitor contribuições que partem de perspectivas epistêmicas, espaciais e

¹ A fonte da referida frase está no artigo “Memórias negras em luta: Uma análise histórica multireferenciada acerca dos Desdobramentos comunitários do Núcleo Akofena” de autoria de Fred Aganju Santiago Ferreira, a quem agradecemos a permissão para usar como título do presente dossiê.

² Falamos em aumento porque entendemos que no caso dos coletivos negros, temos a existência destes pelo menos desde os anos 70. Temos, por exemplo, o Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR), fundado em 1974 na Universidade Federal Fluminense. Dentre as intelectuais e militantes fundadoras do GTAR encontramos nomes como Beatriz Nascimento e Marlene Cunha.

metodológicas diversas. O primeiro artigo de autoria de Livia Silva, nos convida a compreender a atuação do Grupo de Valorização Negra do Cariri (GRUNEC), região sul do Ceará. A partir do conceito de *pretagogia*, a autora nos apresenta os caminhos de articulação e produção de ferramentas de ensino que o GRUNEC tem liderado em prol de ações afirmativas e da descolonização dos currículos na região do sul do Ceará.

A partir das categorias políticas de *Ubuntu* e *Bem Viver*, o estudo de Adrian Barbosa apresenta um projeto de pesquisa e extensão em uma universidade no Pará que reúne estudantes indígenas e quilombolas que ingressaram em um programa de pós-graduação, apontando que o fato desses estudantes estarem entre estes dois lugares- seus *territórios* e academia- possibilita que suas produções partam de outras epistememes, centradas na e pela *comunidade*.

O trabalho de Otávio Lemes nos apresenta talvez uma das facetas mais visíveis da atuação dos coletivos negros: canal de denúncias do racismo nas universidades. A partir da análise de dados quantitativos e qualitativos, e das ações cotidianas dos coletivos negros *NUPE* e *AFROntar*, o autor discute o impacto daqueles coletivos no enfrentamento dos casos de racismo em uma universidade pública paulista e as medidas institucionais adotadas para respondê-los (ou não).

A autora Stephanie Lima analisa a construção do “sujeito político negro universitário” antes e depois da implementação da Lei de cotas nas universidades brasileiras. Tendo a Lei de cotas como um marco, a autora, busca compreender os diferentes processos de engajamento político e construção subjetiva dos sujeitos negros, e, por conseguinte, a organização das pautas políticas nestes contextos.

Buscando compreender um aspecto fundamental no enfrentamento ao racismo nas universidades mas ainda pouco explorado pelos estudos sobre racismo e educação, Suely Lopes, Reijane Silva e Temis Parente, discutem acerca da ocupação por mulheres negras em cargos de gestão e liderança nas Instituições de Ensino Superior em uma universidade em Tocantins e jogam luz sobre os processos de *racismo* e *sexismo* nos quais estão submetidas mulheres negras nos espaços de gestão nas instituições educacionais.

Partindo do conceito de *liberdade como desenvolvimento* de Amartya Sen, os autores João Leite, Sabrina Guimarães e Eliezilda Sousa analisam a introdução de políticas de ações afirmativas em universidade pública no Norte do Brasil, buscando apontar como o Estado precisa investir mais nas políticas de manutenção dos estudantes negros e indígenas no ensino superior.

A autora Lia Costa apresenta um vasto mapeamento dos coletivos negros existentes nas universidades públicas do Rio de Janeiro com o intuito de identificar as agendas e contribuições desses coletivos no enfrentamento ao racismo epistemológico. Partindo do entendimento de que os coletivos são “estratégias que deflagram o potencial inventivo e criativo dessas pessoas [negras] para lidar com a realidade [universitária] com a qual se deparam”, a autora nos oferece a possibilidade de refletir sobre a potencialidade desses espaços, principalmente na “*propagação de saberes outrora desautorizados*”.

O resgate da *memória* coletiva negra e sua influência na atuação dos coletivos negros é o foco do trabalho de Luana Trindade. Em seu texto, ela busca compreender como a história, a memória e a trajetória de luta antirracista de *personagens negras/os* do passado e organizações negras influenciam nas ações dos coletivos nas universidades na atualidade. A autora explora as conexões entre a agenda de lutas dos coletivos nos tempos atuais e as demandas das organizações negras desde a década de 1930, apontando como a educação e a necessidade de ocupar espaços de poder como as universidades são pontos em comum da atuação daquelas pessoas e organizações.

Guilherme Oliveira busca analisar em seu artigo como os coletivos negros se transformaram em atores centrais na dinâmica sociopolítica universitária. Para tal, o autor primeiramente analisa a relação entre a implementação das ações afirmativas e o impacto delas no *ativismo negro* universitário contemporâneo e depois interpreta de que forma o ativismo negro é produzido através dos repertórios e dos enquadramentos escolhidos pelos coletivos negros universitários para fins de mobilização política em suas instituições.

A partir de um olhar de quem experiencia o trabalho comunitário como ferramenta vital no enfrentamento à guerra racial que ocorre também no espaço universitário, Fred Aganju Ferreira nos provoca a repensar os limites em torno do exercício do ativismo negro no espaço universitário a partir da atuação do *Núcleo Akofena*, localizado em uma universidade na Bahia. Passando pela

fundação do Coletivo (em 2009) até os anos posteriores, o autor faz um resgate da memória coletiva do Núcleo para analisar o processo que culminou no desdobramento organizativo estritamente comunitário do Coletivo expressados na fundação do *Cine Comunitário do Povo* e, suas posteriores ramificações organizativas, como o *Centro Comunitário de audiovisual Luiz Orlando*.

Partindo de um relato de experiência, Graziella Queiroz e Maxuel Lima, descrevem a atuação do *Grupo de Estudos Epistemologias Negras* (GEEN) vinculado a uma universidade em Pernambuco. Centrado na missão de “abastecer” os participantes do Coletivo de bibliografia que discutisse racismo estrutural, luta de classes, machismo, epistemicídio e colonialidade-decolonialidade, os autores analisam como o GEEN foi se configurando como espaço para o fortalecimento de estudantes e pessoas em geral interessados em combater o racismo e pluralizar narrativas, assim como modos de refletir e agir no universo acadêmico e na vida cotidiana.

Desejamos que o presente Dossiê possa contribuir para fomentar uma agenda de estudos interessada na atuação dos coletivos negros e indígenas mas sobretudo que esteja engajada em fortalecer e visibilizar a luta silenciosa (às vezes, nem tanto assim) das centenas de coletivos negros e indígenas nas universidades brasileiras que têm sido a “pedra no sapato” da “harmonia racial” nos espaços acadêmicos.

Boa Leitura!

Organização

Prof. Dr. Marcos Antonio Batista da Silva - Universidade de Coimbra (UC)

Prof^a. Dr^a. Danielle Pereira de Araújo - Universidade de Coimbra (UC)